

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	58
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	867.375	749.403	683.925
1.01	Ativo Circulante	781.278	288.691	177.669
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	365.448	121.137	46.697
1.01.02	Aplicações Financeiras	259.576	21.199	17.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	259.576	21.199	17.740
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	259.576	21.199	17.740
1.01.03	Contas a Receber	90.506	78.653	63.029
1.01.03.01	Clientes	90.506	78.653	63.029
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	79.733	76.823	60.990
1.01.03.01.02	Contas a Receber - partes relacionadas	10.773	1.830	2.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.164	18.586	2.008
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.542	3.870	2.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.042	45.246	45.293
1.01.08.03	Outros	18.042	45.246	45.293
1.01.08.03.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	17.591	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	40	0	51
1.01.08.03.04	Outros créditos	411	290	286
1.02	Ativo Não Circulante	86.097	460.712	506.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.489	3.492	48.941
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.870	1.770	1.740
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.619	1.722	46.424
1.02.01.10.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	2.932	0	44.955
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais e outros	1.687	1.722	1.469
1.02.03	Imobilizado	10.179	16.419	21.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.786	12.750	18.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.393	3.669	2.921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04	Intangível	69.429	440.801	435.613
1.02.04.01	Intangíveis	69.429	440.801	435.613
1.02.04.01.02	Intangível	69.429	362.596	401.315
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	0	78.205	34.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	867.375	749.403	683.925
2.01	Passivo Circulante	630.959	526.273	410.658
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.292	8.709	6.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.644	1.099	1.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.648	7.610	5.762
2.01.02	Fornecedores	88.349	16.970	13.401
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	88.277	16.965	13.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	72	5	131
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.781	12.004	55.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.727	6.532	50.469
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	46.296
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	11.727	6.532	4.173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.054	5.472	4.709
2.01.03.03.01	ISS a recolher	8.054	5.472	4.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	481.707	464.928	314.444
2.01.04.02	Debêntures	481.707	464.928	314.444
2.01.05	Outras Obrigações	28.830	23.662	20.862
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.071	3.308	4.054
2.01.05.02	Outros	25.759	20.354	16.808
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.188	11.875	0
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.684	1.575	1.367
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.552	6.904	15.441
2.01.05.02.06	Outras obrigações com o poder concedente	335	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	15.100	18.316	26.587
2.02.02	Outras Obrigações	9.375	1.770	166
2.02.02.02	Outros	9.375	1.770	166
2.02.02.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	9.375	1.770	166
2.02.03	Tributos Diferidos	0	12.593	21.505

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.593	21.505
2.02.04	Provisões	5.725	3.953	4.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.725	3.953	4.916
2.03	Patrimônio Líquido	221.316	204.814	246.680
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	2.642	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	50.276	62.409	104.275
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.187
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.288	34.421	75.100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.635	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.205.942	1.097.239	897.951
3.01.01	Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.318.153	1.194.443	981.566
3.01.02	Deduções da receita bruta	-112.211	-97.204	-83.615
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.011.993	-918.938	-403.585
3.02.01	Custo de construção	-14.121	-69.250	-16.248
3.02.03	Depreciação e amortização	-316.736	-660.407	-194.221
3.02.04	Custo da outorga	-43.999	-61.843	-59.458
3.02.05	Serviços	-68.668	-67.945	-81.963
3.02.06	Custo com pessoal	-64.097	-40.457	-35.317
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-13.701	-9.722	-9.951
3.02.08	Outros	-11.903	-9.314	-6.427
3.02.09	Custo de obras	-478.768	0	0
3.03	Resultado Bruto	193.949	178.301	494.366
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.146	-60.171	-54.993
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.656	-61.015	-57.614
3.04.02.01	Custo com pessoal	-23.252	-9.814	-14.599
3.04.02.02	Serviços	-18.194	-32.504	-29.806
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-1.149	-1.273	-810
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.127	-1.238	-1.430
3.04.02.05	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-731	-649	-1.030
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-5.293	-4.022	-3.538
3.04.02.07	Água, luz, telefone, internet e gás	-2.770	-2.619	-2.660
3.04.02.10	Reversão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-1.772	963	1.477
3.04.02.11	Lei rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-11.332	-3.601	-1.656
3.04.02.12	Provisão para perda esperada - contas a receber	128	-46	-99
3.04.02.13	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-3.742	-1.073	-523
3.04.02.14	Despesa de imobilizado (não ativável)	-5.920	0	0
3.04.02.15	Outros	-5.502	-5.139	-2.940

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	511	1.093	2.688
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-249	-67
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	113.803	118.130	439.373
3.06	Resultado Financeiro	-22.685	-49.449	-32.596
3.06.01	Receitas Financeiras	45.325	8.816	11.529
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.010	-58.265	-44.125
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.118	68.681	406.777
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.483	-21.182	-134.772
3.08.01	Corrente	-75.076	-30.094	-143.103
3.08.02	Diferido	12.593	8.912	8.331
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.635	47.499	272.005
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.635	47.499	272.005
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00195	0,00324	0,01854
3.99.01.02	PN	0,00215	0,00356	0,02039
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00195	0,00324	0,01854
3.99.02.02	PN	0,00215	0,00356	0,02039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	28.635	47.499	272.005
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.635	47.499	272.005

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	729.240	729.315	546.519
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	694.436	824.304	547.337
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	28.635	47.499	272.005
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-12.593	-8.912	-8.331
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	24.433	44.955	44.956
6.01.01.04	Depreciação e amortização	295.833	640.570	175.552
6.01.01.05	Amortização do direito da concessão	22.030	21.075	20.099
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	277.037	146	82
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures e empréstimos	61.763	64.317	42.615
6.01.01.08	Capitalização de custo de empréstimo	-4.119	-6.912	-2.720
6.01.01.09	Provisão para perda esperada - contas a receber	-128	46	99
6.01.01.10	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.538	14.532	2.360
6.01.01.11	Rendimento de aplicação financeira	-11.704	6.465	0
6.01.01.12	Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	569	522	615
6.01.01.13	Juros e variações monetárias sobre obrigações	9.141	0	0
6.01.01.16	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1	5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.804	-94.989	-818
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.782	-15.879	4.598
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-8.943	986	-29
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-23.575	-16.561	3.592
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-1.758	-1.225	455
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-40	51	244
6.01.02.07	Fornecedores	78.866	5.302	402
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-9.378	-746	1.100
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	3.700	1.806	-2.520
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	112.576	47.082	138.739
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-2.335	-16.017	-4.452
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	109	208	9

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-5.352	-8.537	9.011
6.01.02.15	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-106.619	-91.459	-151.967
6.01.02.17	Outras obrigações com o poder concedente	335	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-439.945	-664.755	125.388
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-7.059	-3.094	-2.332
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-206.222	-652.048	-18.861
6.02.03	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-226.673	-9.924	146.572
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	109	341	9
6.02.05	Aplicações (conta reserva)	-100	-30	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-44.984	9.880	-631.801
6.03.01	Aplicações (conta reserva)	0	0	-1.740
6.03.02	Dividendos e JCP pagos	0	-76.287	-271.007
6.03.05	Debêntures - captações	0	448.122	0
6.03.06	Debêntures - pagamentos de principal	0	-341.518	-330.000
6.03.07	Debêntures - pagamentos de juros	-44.984	-20.437	-29.054
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	244.311	74.440	40.106
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.137	46.697	6.591
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	365.448	121.137	46.697

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.133	0	-12.133
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.133	0	-12.133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.635	0	28.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.635	0	28.635
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	62.409	16.502	0	221.316

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.287	-8.020	0	-84.307
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.020	0	-8.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.499	0	47.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.499	0	47.499
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.421	-39.479	0	-5.058
5.06.04	Dividendos	0	0	34.421	-39.479	0	-5.058
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	272.005	0	272.005
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	272.005	0	272.005
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	76.287	-272.005	0	-195.718
5.06.04	Dividendos	0	0	75.100	-262.950	0	-187.850
5.06.05	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.868	0	-7.868
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.187	-1.187	0	0
5.07	SalDOS Finais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.322.465	1.201.309	984.187
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.318.218	1.194.443	981.566
7.01.02	Outras Receitas	4.119	6.912	2.720
7.01.02.01	Juros capitalizados	4.119	6.912	2.720
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	128	-46	-99
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-682.305	-265.257	-211.087
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-97.886	-83.996	-94.006
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-99.355	-112.011	-100.833
7.02.04	Outros	-485.064	-69.250	-16.248
7.02.04.01	Custo de construção	-485.064	-69.250	-16.248
7.03	Valor Adicionado Bruto	640.160	936.052	773.100
7.04	Retenções	-317.863	-661.645	-195.651
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-317.863	-661.645	-195.651
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	322.297	274.407	577.449
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.325	8.816	11.529
7.06.02	Receitas Financeiras	45.325	8.816	11.529
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	367.622	283.223	588.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	367.622	283.223	588.978
7.08.01	Pessoal	76.936	44.375	44.109
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.747	26.734	28.200
7.08.01.02	Benefícios	19.741	14.876	13.548
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.907	1.685	1.618
7.08.01.04	Outros	1.541	1.080	743
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	184.981	124.537	224.414
7.08.02.01	Federais	120.515	68.528	175.973
7.08.02.02	Estaduais	153	137	151
7.08.02.03	Municipais	64.313	55.872	48.290
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.070	66.812	48.450

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	72.117	64.931	46.784
7.08.03.02	Aluguéis	4.953	1.881	1.666
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.635	47.499	272.005
7.08.04.02	Dividendos	12.133	8.020	195.718
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.502	39.479	76.287

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Companhia”, “Concessionária” ou “CCR ViaOeste”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER (“contrato de concessão”), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 169,25 quilômetros e manutenção e conservação de 6,81 quilômetros (“Concessão”). O prazo do contrato de concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, e conforme aditado pelo 12º, 23º, 24º e 25º Termos Aditivos Modificativos ao Contrato de Concessão, passou a ser válido até fevereiro de 2024.

A Companhia emprega de forma direta 789 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

1.3. Destaques de 2022

Investimentos

- Duplicação da Rodovia Raposo Tavares - SP270;
- Implantação de acesso à marginal do km 106 SP-270 - Acesso Hospital Regional Sorocaba;
- Implantação das Marginais do km 23+000 ao km 32+000 – SP-280 - Pistas Leste e Oeste;
- Implantação de acessos da SP 280 ao Município de Osasco - km 15+500 e km 16+900 Pista Oeste;
- Implantação do dispositivo de acesso à Estrada do Sertanejo, na altura do km 65+250 da Rodovia Raposo Tavares SP-270.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

- Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2022.

Empréstimos e Debêntures

- Não houve liquidação em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2. Desempenho econômico-financeiro****2.1. Eventos relevantes ao Mercado**

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro:

Em R\$ mil	2022	2021	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	1.318.153	1.194.443	10.36 %
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	1.304.032	1.125.193	15,89%
- Receita de Pedágio	1.283.188	1.104.126	16.22 %
- Outras Receitas	20.844	21.067	-1,06%
Deduções da Receita Bruta	(112.211)	(97.204)	15.44 %
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	1.191.821	1.027.989	15.94 %
(+) Receita de Construção	14.121	69.250	-79.61 %
Custos e Despesas (a)	(1.092.204)	(979.953)	11.55 %
- Depreciação e Amortização	(317.863)	(661.645)	-51.96 %
- Serviços de Terceiros	(56.638)	(80.063)	-29.26 %
- Custo da Outorga	(19.566)	(16.888)	15.86 %
- Custo com Pessoal	(87.349)	(50.271)	73.76 %
- Custo de Construção	(14.121)	(69.250)	-79.61 %
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(572.169)	(56.881)	921.06 %
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(24.433)	(44.955)	-45.65 %
EBIT ajustado	113.803	118.130	-3.66 %
Margem EBIT ajustada (b)	9,55%	11,49%	-16.91 %
EBIT (c)	113.803	118.130	-3.66 %
Margem EBIT	9,44%	10,77%	-12.35 %
(+) Depreciação e amortização	317.863	661.645	-51.96 %
EBITDA (c)	431.666	779.775	-44.64 %
Margem EBITDA	35,79%	71,07%	-49.63 %
(+) Apropriação de despesas antecipadas (d)	24.433	44.955	-45.65 %
EBITDA ajustado (e)	456.099	824.730	-44.70 %
Margem EBITDA ajustada (e)	38,27%	80,23%	-52.30 %
Resultado Financeiro Líquido	(22.685)	(49.449)	-54.12 %
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	91.118	68.681	32.67 %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(62.483)	(21.182)	194.98 %
Lucro antes da participação dos minoritários	28.635	47.499	-39.71 %
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	28.635	47.499	-82.54 %
Endividamento bruto (f)	481.707	464.928	3,61%
Investimentos (caixa)	408.529	655.142	-37,64%
Veículos equivalentes (em milhares)	120.889	104.441	15,75%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais.

(b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(c) Calculados de acordo com a Instrução CVM n.º 527/2012.

(d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2. Desempenho

2.2.1. Receita operacional

A receita bruta de pedágio em 2022 totalizou R\$ 1.283.188 (16,22% sobre 2021). O aumento da receita de pedágio é reflexo do crescimento do tráfego devido a liberação das restrições impostas pela pandemia que ainda estavam vigentes em parte de 2021, além do reajuste tarifário.

2.2.2. Custos e despesas totais

Os custos e despesas totalizaram R\$ 1.092.204 no ano de 2022. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 11,55% em relação a 2021, foram:

- Os Custos de Construção atingiram R\$ 14.121. A redução de 79,61% em relação a 2021 é reflexo dos Investimentos em obras que foram contabilizados em Custo por premissa da Unidade, devido a não recuperabilidade dos ativos com o término da concessão.
- Depreciação e amortização somaram R\$ 317.863 no ano de 2022. A redução de 51,96% em relação ao ano anterior foi ocasionada pela contabilização da amortização referente ao Acordo preliminar firmado com o Estado em 29 de junho de 2021.
- O custo da outorga sobre Receitas Operacionais atingiu R\$ 19.566 no ano de 2022, não sofrendo variações significativas, comparado a 2021.
- Em 2022, o custo dos serviços totalizou R\$ 56.638. A redução de 29,26% em relação ao ano anterior decorre principalmente das Faturas Intercompanies - Contrato negociado entre Unidade e GBS.
- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 87.349 no ano de 2022, registrando aumento de 73,76% em relação a 2021, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio GBS, além do Dissídio retroativo.
- Os outros custos e despesas foram impactados principalmente pelo reflexo dos Investimentos em obras não reconhecidos como intangível por conta da avaliação do teste de *Impairment* que a Companhia realizou. A partir de então os gastos foram reconhecidos diretamente no resultado, na qual tiveram aumento de 921,06% em relação a 2021, atingindo R\$ 572.169 no ano de 2022.

2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2022, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 22.685, ante R\$ 49.449 negativo em 2021. Tivemos o aumento no CDI médio anual de 2022 em relação à 2021, além do saldo referente à contabilização de upgrade para custo. Em contrapartida, houve uma melhora considerável nos rendimentos sobre aplicações financeiras em relação ao ano anterior e um menor saldo de endividamento em 2022.

2.2.4. Lucro líquido

Em 2022, o lucro líquido atingiu R\$ 28.635, apresentando uma redução de 82,54% em relação a 2021, reflexo principalmente da contabilização de Investimentos como Custos e da provisão para perda do *Impairment*, conforme citado anteriormente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.5. Endividamento

A dívida bruta alcançou R\$ 481.707 em 2022, ante R\$ 464.928 em 2021, reflexo da 8ª emissão de debêntures realizada no mês de julho de 2021.

2.2.6. Investimentos

Em 2022, os investimentos somaram R\$ 408.529, dentre os quais destacam-se: duplicação da Rodovia Raposo Tavares - SP270; implantação de acesso à marginal do km 106 SP-270 - acesso Hospital Regional Sorocaba; implantação das marginais do km 23 ao km 32 - SP-280 - Pistas Leste e Oeste; implantação de acessos da SP 280 ao município de Osasco - km 15+500 e km 16+900 - Pista Oeste; e implantação do dispositivo de acesso à Estrada do Sertanejo, na altura do km 65+250 da Rodovia Raposo Tavares SP-270.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Fausto Camilotti. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste.

O Sr. Fausto Camilotti pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 789 de forma direta.

Em 2022, foram investidos aproximadamente R\$ 285 mil reais em programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com stakeholders, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos rating A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG Protocol desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.2.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2022 a Companhia manteve as certificações conquistadas, ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, operando o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

Além disso em 2022 a Companhia colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência do Grupo CCR na carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Também contribuiu com as informações para elaboração do Global Reporting Initiative – GRI.

As Principais ações para redução do consumo de água, energia, combustíveis e geração de resíduos foram:

- Realização de visitas técnicas na Bases Operacionais para conscientização e diminuição do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir a estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente.
- A Concessionária também utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativos, manteve sistemas de iluminação com lâmpadas a LED, controlou contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilizou combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate e veículo elétrico). Na gestão de resíduos, realizou destinação de forma ambientalmente correta, como reciclagem de sucatas metálicas e eletrônicas, de uniformes inservíveis, além de reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material fresado.

4.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Relato Integrado (IIRC):** o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- **Movimento Ambição Net Zero:** uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2. Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br

Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

Caminhos para a Cidadania: Realizado na CCR ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site www.caminhosparaacidadania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo. Em 2022, 12 municípios limieiros à CCR ViaOeste participaram do programa e 412 professores foram certificados.

Caminhos para a Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas. Em 2022 o programa teve 5.219 pessoas atendidas.

Além disso o Programa Caminhos para a Saúde está oferecendo mensalmente aos caminhoneiros o **Projeto Help** com apoio psicológico, por meio da Parada do Desabafo. São voluntários preparados por psicólogos para prestar suporte psicológico para os caminhoneiros em vulnerabilidade emocional como estresse, depressão e síndrome do pânico.

Ações check-up dos caminhões com verificação dos principais itens de segurança do caminhão: faróis, freios, pneus, sinalização.

Paixão pelo esporte: O objetivo do projeto é dar oportunidade a crianças e adolescentes na promoção da atividade esportiva de caráter educacional. As aulas de vôlei ocorrerem no contraturno escolar, em equipes mistas (masculino e feminino), com faixa etária entre 6 e 16 anos. Em Sorocaba, são dois núcleos e nas demais cidades (Mairinque, Alumínio e São Roque) o projeto é executado em uma unidade por município. São turmas de até 60 alunos por núcleo, o que totaliza 300 jovens envolvidos com o projeto na região. Para participar, é necessário estar matriculado na rede de ensino público.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BuZum: O projeto BuZum, que antes acontecia dentro do ônibus, em 2022 foi realizado em versão adaptada, fora do ônibus, em uma estrutura ampla. A plateia assistiu as sessões do espetáculo com distanciamento seguro, de forma protegida. Além das apresentações teatrais, para continuar a brincadeira em casa, ao final das apresentações, as crianças receberam um teatrinho de papel para inventarem suas próprias histórias criando seus personagens e enredos. Este ano foi apresentado o espetáculo “Curumim”. A peça é o resgate da cultura indígena, do povo Tupi, e aborda a origem da Mandioca, essa raiz brasileira, tão presente na nossa culinária e cultivada pela primeira vez pelos povos indígenas. Municípios atendidos: Osasco, Carapicuíba, Alumínio, Sorocaba, Vargem Grande Paulista, São Roque. Público atendido: 3.032 pessoas.

Junho Vermelho: Campanha de incentivo para clientes e colaboradores para doação de sangue. Mensagens veiculadas nos painéis eletrônicos das rodovias. Divulgação interna por meio dos comunicados eletrônicos, rádio e rede social Yammer.

Campanha do Agasalho: Em parceria com a ONG Gerando Falcões o Instituto CCR, por meio da CCR ViaOeste e demais unidades de negócio do Grupo, estão realizando a Campanha do Agasalho 2022, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de agasalhos e cobertores em bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária são postos para a doação e toda a arrecadação será destinada ao bazar da ONG Gerando Falcões, sendo arrecadadas 350 kg de peças de roupas.

Inverno Solidário: Distribuição de 700 cobertores novos e 800 sacos de dormir.

Espectáculo Teatral “Cadê o Amor que estava aqui?”: Apresentação de espetáculo teatral para alunos e professores das escolas públicas de Barueri e Embu das Artes. A peça aborda temas como a preservação da natureza, a amizade e a solidariedade, além da inclusão social e diversidade. Além disso, ressalta a importância do trabalho em grupo e como pequenas atitudes podem ajudar a mudar o planeta. Para isso o enredo conta as experiências de um dedicado professor deficiente visual, que luta por um mundo melhor, formando cidadãos conscientes. Público de 1200 pessoas.

Comunidades Criativas: Projeto cultural com interface educacional, que utiliza o grafite como meio de expressão, criando vínculos com a comunidade local. Oferece workshops de grafite para instituições e entidades, promovendo a reflexão sobre diversidade e inclusão, além da cidadania e a diferença entre pichação x grafite. Na oficina, os participantes são convidados a produzirem desenhos que passam por uma votação pública, nas redes sociais do projeto, e o eleito se torna a inspiração para a realização da arte em grafite no muro, fachada ou outro espaço definido pela instituição, o “Dia do Grafite”. Municípios atendidos: Barueri e Carapicuíba. Público atendido: 300 pessoas.

Cine em Cena: Um projeto itinerante de cinema gratuito, numa tenda com 225 lugares, ar-condicionado e tela de 26m2, que leva a sétima arte às cidades que não possuem salas de cinema comerciais. Toda a estrutura da sala do “Cine em Cena Brasil” viaja de uma cidade a outra dentro de um caminhão. São realizadas 4 sessões diárias para a população durante 3 dias. No total, cada cidade recebe 12 sessões de cinema. O projeto realiza curadoria e seleção de alguns títulos para a itinerância. A seleção dos filmes leva em conta a faixa etária (infantil e adulto). Em parceria com as Prefeituras, Secretarias Municipais de Educação ou de Cultura é realizado o agendamento das sessões, tanto para os alunos da rede municipal ou estadual de ensino, como para o público em geral. Municípios atendidos: São Roque e Osasco. Público atendido: 3.702 pessoas.

Conservatório de Tatuí: Uma das mais respeitadas escolas de música e artes cênicas da América Latina, com mais de 60 anos de formação e difusão cultural, possui 4 unidades educacionais, com salas de aula, biblioteca, oficina de luteria e o Teatro Procópio Ferreira com capacidade para 430 pessoas, além de um Polo em São José do Rio Pardo. O Conservatório de Tatuí possui 308 colaboradores e mais de 2.000 alunos vindos de todas as partes do país e do mundo. Anualmente, realiza apresentações artísticas e pedagógicas para milhares de pessoas. Municípios atendidos, no trecho da CCR ViaOeste: Osasco, Sorocaba e São Roque. Público atendido: 1.416 pessoas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Campanha Natal Solidário: Em parceria com a Umbigo do Mundo e a Maurício de Souza Produções, o Instituto CCR, por meio da CCR ViaOeste e demais unidades de negócio do Grupo CCR, realizaram a Campanha Natal Solidário, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de brinquedos novos ou bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária receberam caixas para a coleta, que se tornaram postos para a doação. Toda a arrecadação, 168 brinquedos, foi destinada à APAE de Barueri.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

A CCR ViaOeste conquistou o 1º Lugar na Categoria “Escolha do Usuário” no Prêmio ARTESP.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes os incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 2 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão entre 30 de março de 1998 a 13 de fevereiro de 2024 (mediante TAM 25/2022), a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindidos por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 1/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado o Acordo Definitivo entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente” e, se em conjunto com as Concessionárias, “Partes”), com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo n.º 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irreatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; e (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Notas Explicativas

- **Termo Aditivo Modificativo n.º 25/2022**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado Termo Aditivo e Modificativo n.º 25/2022 ao contrato de concessão entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP, onde a concessionária assumiu a execução de novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32, sendo que a concessionária foi reequilibrada financeiramente por meio da prorrogação do término da concessão em 380 dias, passando para 13 de fevereiro de 2024.

- **Reajuste tarifário de 2022**

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização temporária do valor vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pela Companhia.

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, incluindo a Companhia, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022.

- **Termo Aditivo Modificativo n.º 2/2022**

Em 18 de agosto de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 2/2022, que tem como objetivo: (i) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência da decisão do Poder Concedente de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão; (ii) promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos de concessão; (iii) estabelecer a metodologia de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão, que dar-se-á mediante emprego de verbas do tesouro pelo Poder Concedente, por meio de pagamentos bimestrais à Companhia; e (iv) consignar que o reajuste tarifário deverá ocorrer até 16 de dezembro de 2022.

A Companhia assumiu compromissos decorrentes da concessão e seus aditivos, denominados de ampliações principais, destacando-se atualmente:

Dispositivo do Sertanejo em Mairinque

Em 22 de dezembro de 2021, foi celebrado o TAM n.º 23/2021 estabelecendo que a Companhia assumirá a execução dos novos investimentos referentes ao Dispositivo do Sertanejo em Mairinque – km 65+250 da Rodovia SP-270, o qual estende o prazo de concessão até 18/01/2023.

As obras a serem executadas pela Concessionária consistem na implementação de dispositivo de acesso à Estrada do Sertanejo, no km 65+250 da Rodovia Raposo Tavares (SP270), no município de Mairinque. As obras foram concluídas em 2022.

Notas Explicativas

Acesso ao Hospital Regional de Sorocaba

Em 29 de dezembro de 2021, foi celebrado o TAM n.º 24/2021 estabelecendo que a Companhia assumirá a execução dos novos investimentos referentes ao Acesso ao Hospital Regional de Sorocaba, o qual estende o prazo de concessão até 29/01/2023.

As obras a serem executadas pela Companhia consistem na implementação de melhorias na região do km 106 da rodovia SP 270, por meio da execução de passarela de pedestres e de novo acesso ao Hospital Regional e Arena Multiuso, no Município de Sorocaba. As obras foram concluídas em 2022.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme contrato de concessão n.º 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

1.1. Processo de investigação

No exercício findo 31 de dezembro de 2022 não ocorreram mudanças no tema relacionado ao Termo de Autocomposição, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo n.º 12/2006

Em 7 de fevereiro de 2022, foi publicada decisão que determinou que o Estado de São Paulo procedesse ao levantamento dos valores depositados pela Companhia.

Em 19 de agosto de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordar com o valor depositado pela Companhia e requerer a expedição de mandado de levantamento eletrônico, o que foi deferido na mesma data.

Aguarda-se decisão de expedição de mandado de levantamento dos honorários, para posterior arquivamento dos autos.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência do recurso.

Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação concordando com a perda de objeto, mas não se opondo ao julgamento da sua apelação que trata da majoração dos honorários.

Em 24 de junho de 2022, o processo foi incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6 de julho de 2022. Em 4 de julho de 2022, a Companhia peticionou para alegar que houve perda de objeto do recurso de apelação interposto pelo Estado. O julgamento, que ocorreria em 6 de julho de 2022, foi retirado de pauta.

O julgamento dos recursos de apelação foi iniciado na sessão realizada em 17 de agosto de 2022, oportunidade em que foi instaurada divergência (de dois votos a um, por negarem conhecimento à apelação do Estado referente aos honorários) e solicitada vistas dos autos pelo 4º e o 5º juízes, em julgamento estendido.

Notas Explicativas

Na sessão de julgamento ocorrida em 30 de agosto de 2022, por maioria de votos, a 12ª Câmara de Direito Público decidiu homologar o pedido de desistência do recurso de apelação interposto pela Concessionária e julgar prejudicado o recurso de apelação interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, que pretendia a majoração dos honorários de sucumbência fixados em sentença. Aguarda-se eventual interposição de recursos excepcionais pelos Estado de São Paulo e Artesp para questionar sucumbência que entendem devida.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência do recurso. Aguarda-se apreciação do pedido da concessionária desde então.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência da ação.

Em 24 de maio de 2022, foi proferido despacho determinando a intimação da ARTESP e do Estado de São Paulo para se manifestarem quanto à petição da Companhia requerendo a homologação do acordo e extinção do processo. Em 27 de maio de 2022, a Fazenda Pública se manifestou concordando com o pedido da Companhia de extinção da ação por perda superveniente do objeto.

Em 11 de julho de 2022, foi proferida sentença julgando o feito extinto sem resolução do mérito por perda de objeto. Aguarda-se trânsito em julgado e arquivamento do feito.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 2 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Notas Explicativas

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- | | |
|----|---|
| 7 | Provisão para perda esperada |
| 8b | Impostos diferidos |
| 12 | Amortização dos ativos intangíveis |
| 15 | Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários |
| 19 | Instrumentos financeiros |

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação;

Notas Explicativas

(4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros

Notas Explicativas

contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

Notas Explicativas

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento de que o contrato de concessão da

Notas Explicativas

Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

A Companhia registrou no exercício de 2022 na demonstração do resultado o montante de R\$ 484.688 nas rubricas de Custo de Obras e Ativos imobilizados não ativáveis como dispêndios que não geram benefício econômico futuro.

p) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

q) *Informação por segmento*

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

r) *Adoção inicial das normas novas e alterações*

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Revisão anual das normas de IFRS 2018 – 2020 (aplicáveis para a Companhia)**

- i. IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias

Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora - ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS.

- ii. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de '10 por cento' ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

- iii. IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16.

s) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após a 31 de dezembro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- IFRS 17 - Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement* 2;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Notas Explicativas

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 14, 19 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Notas Explicativas

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	481.977	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	89.901	6.902	2.311	7	2
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	3.071	-	-	-	-

(a) Valores brutos do custo de transação.

A Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	6.509	4.831
Fundos de investimentos e CDB	358.939	116.306
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>365.448</u>	<u>121.137</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	259.576	21.199
Total - Circulante	<u>259.576</u>	<u>21.199</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	1.870	1.770
Total - Não Circulante	<u>1.870</u>	<u>1.770</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>261.446</u>	<u>22.969</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,25% do CDI, equivalente a 12,71% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

(a) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

Notas Explicativas**7. Contas a receber****Contas a receber das operações**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	78.658	75.893
Receitas acessórias (b)	<u>1.119</u>	<u>1.102</u>
	79.777	76.995
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(44)</u>	<u>(172)</u>
Total	<u><u>79.733</u></u>	<u><u>76.823</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos a vencer	79.655	76.764
Créditos vencidos até 60 dias	66	51
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	12	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	21	21
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>23</u>	<u>151</u>
	<u><u>79.777</u></u>	<u><u>76.995</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.118	68.681
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(30.980)	(23.352)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(4.246)	(1.385)
Incentivo relativo ao imposto de renda	3.170	612
Juros sobre capital próprio	4.125	2.727
Remuneração variável de dirigentes estatutários	-	191
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	(34.573)	-
Outros ajustes tributários	21	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(62.483)	(21.182)
Impostos correntes	(75.076)	(30.094)
Impostos diferidos	12.593	8.912
	(62.483)	(21.182)
Alíquota efetiva de impostos	68,57%	30,84%

- (a) Em função de não haver expectativa ao fim do encerramento e cronograma de realização dos ativos de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
			Valor líquido		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.123	(950)	173	173	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	59	(57)	2	2	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.344	(1.137)	207	207	-
Amortização de ágio	(1.616)	1.616	-	-	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(4.330)	2.411	(1.919)	-	(1.919)
Provisão para perda de investimentos	12	(12)	-	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	657	(490)	167	167	-
Provisão de fornecedores	69	(69)	-	-	-
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(400)	388	(12)	-	(12)
Capitalização de juros	(9.102)	6.919	(2.183)	-	(2.183)
Custo de transação de debêntures	(454)	454	-	-	-
Provisão para perda por <i>Impairment</i>	-	3.556	3.556	3.556	-
Programa de gratificação longo prazo	45	(36)	9	9	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(12.593)	12.593	-	4.114	(4.114)
Compensação de imposto	-	-	-	(4.114)	4.114
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(12.593)	12.593	-	-	-

Notas Explicativas

	2020	Reconhecido no resultado	2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	946	1.123	1.123	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	16	59	59	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	(327)	1.344	1.344	-
Diferenças temporárias (b)	-	(1.616)	(1.616)	-	(1.616)
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(23.724)	19.394	(4.330)	-	(4.330)
Provisão para perda de investimentos	-	12	12	12	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	-	657	657	657	-
Provisão de fornecedores	-	69	69	69	-
Ajuste do valor presente	-	(400)	(400)	391	(791)
Capitalização de juros	-	(9.102)	(9.102)	-	(9.102)
Custo de transação de empréstimo	-	(454)	(454)	-	(454)
Outros	328	(283)	45	45	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	8.912	(12.593)	3.700	(16.293)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.700)	3.700
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(21.505)	8.912	(12.593)	-	(12.593)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil), em 2021 também era composto por custos de empréstimos capitalizados; e

(b) Saldo de diferença temporárias refere-se principalmente a amortização do ágio.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 101.656 (R\$ 34.563 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2022), por não haver expectativa ao fim do encerramento e cronograma de realização dos ativos de geração de lucro tributável no futuro.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Circulante	1.290	3.297	16.301	41.659	17.591	44.956

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Não Circulante	215	-	2.717	-	2.932	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 24.433 (R\$ 44.955 no exercício de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão original.
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	269.604	269.604	-	-	-
Bancos conta movimento	-	1.449	1.449	-	-	-
Contas a receber	18	10.755	10.773	-	1.830	1.830
Passivo						
Fornecedor e contas a pagar	2.810	261	3.071	3.126	182	3.308
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-	22.188	-	-	-
Outros débitos	-	16	16	-	-	-
Debêntures	-	214.092	214.092	-	-	-

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	26.356	26.356
Custos / despesas de serviços prestados - gestão administrativa	-	-	-	14.072	-	14.072
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	408	408	-	362	362
Custos / despesas de serviços prestados - CCR GBS	9.993	-	9.993	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	4.604	4.604	-	1.660	1.660
Repasse de custos e despesas de colaboradores	9.087	141	9.228	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	15.588	-	15.588	-	-	-
Despesas financeiras	-	77	77	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em dívidas	9.141	-	9.141	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	8.866	8.866	-	-	-
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	2.936	2.936	-	4.269	4.269
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	6	6	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	107	107	-	-	-

Despesas com profissionais chave da Administração

	2022	2021
Remuneração:		
Outros benefícios - remuneração variável:		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	67
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(113)
	-	(46)

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores	-	1.319

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para a seguridade social.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

		2021	2022					
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final	
					(a)	Outros (b)		
Valor de custo								
Móveis e utensílios		4.197	-	(184)	60	-	4.073	
Máquinas e equipamentos		32.299	-	(127)	1.021	-	33.193	
Veículos		11.520	-	(502)	823	-	11.841	
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401	
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722	
Equipamentos operacionais		84.794	-	(95)	1.320	(3)	86.016	
Imobilizado em andamento		3.669	7.165	(4.809)	(2.632)	-	3.393	
Total do custo		141.602	7.165	(5.717)	592	(3)	143.639	
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios		21	(3.952)	(260)	184	-	(4.028)	
Máquinas e equipamentos		26	(30.125)	(2.599)	126	-	(32.598)	
Veículos		37	(9.807)	(1.855)	502	-	(11.160)	
Instalações e edificações		50	(396)	(4)	-	-	(400)	
Equipamentos operacionais		34	(80.903)	(4.466)	95	-	(85.274)	
Total da depreciação			(125.183)	(9.184)	907	-	(133.460)	
Total geral			16.419	(2.019)	(4.810)	592	(3)	10.179

		2020	2021					
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final	
					(a)	Outros (b)		
Valor de custo								
Móveis e utensílios		4.250	-	(94)	41	-	4.197	
Máquinas e equipamentos		32.243	-	(595)	651	-	32.299	
Veículos		12.034	-	(876)	362	-	11.520	
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401	
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722	
Equipamentos operacionais		82.502	-	(4)	2.301	(5)	84.794	
Imobilizado em andamento		2.921	3.474	(12)	(2.714)	-	3.669	
Total do custo		139.073	3.474	(1.581)	641	(5)	141.602	
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios		20	(3.772)	(263)	83	-	(3.952)	
Máquinas e equipamentos		23	(27.908)	(2.770)	553	-	(30.125)	
Veículos		36	(8.712)	(1.951)	856	-	(9.807)	
Instalações e edificações		50	(385)	(11)	-	-	(396)	
Equipamentos operacionais		33	(76.594)	(4.313)	4	-	(80.903)	
Total da depreciação			(117.371)	(9.308)	1.496	-	(125.183)	
Total geral			21.702	(5.834)	(85)	641	(5)	16.419

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e
(b) No decorrer do exercício findo em 2022 e 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 380 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 3,47% a.a. e 5,97% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debentures).

12. Intangível e infraestrutura em construção

		2021	2022					
Taxa média anual de amortização %			Provisão para perda por Impairment (f)					
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final	
Valor de custo								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.151.890	-	-	15.028	- (69)	2.166.849	
Direitos de uso de sistemas informatizados		15.402	-	-	779	-	16.181	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		4.136	2.088	(943)	(1.371)	-	3.910	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	-	1.353	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	-	251.709	
Total do custo		2.424.490	2.088	(943)	14.436	- (69)	2.440.002	
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.816.394)	(143.976)	-	-	(141.630)	- (2.102.000)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	44	(14.468)	(1.043)	-	-	-	- (15.511)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(1.353)	-	-	-	-	- (1.353)	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*)	(229.679)	(22.030)	-	-	-	- (251.709)	
Total da amortização		(2.061.894)	(167.049)	-	-	(141.630)	- (2.370.573)	
Total do intangível		362.596	(164.961)	(943)	14.436	(141.630)	(69) 69.429	
Infraestrutura em construção								
		78.205	208.147 (e)	(271.284) (g)	(15.028)	-	(40)	

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	2020	2021				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.539.417	581.392 (d)	-	31.406	(325)	2.151.890
Direitos de uso de sistemas informatizados		15.065	-	-	349	(12)	15.402
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.328	1.859	(61)	(990)	-	4.136
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)		251.709	-	-	-	-	251.709
Total do custo		1.810.872	583.251	(61)	30.765	(337)	2.424.490
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.185.821)	(630.573) (d)	-	-	-	(1.816.394)
Direitos de uso de sistemas informatizados	43	(13.779)	(689)	-	-	-	(14.468)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	(208.604)	(21.075)	-	-	-	(229.679)
Total da amortização		(1.409.557)	(652.337)	-	-	-	(2.061.894)
Total do intangível		401.315	(69.086)	(61)	30.765	(337)	362.596
Infraestrutura em construção		34.298	75.329	-	(31.406)	(16)	78.205

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005;
- (c) Em 2022, R\$ 109 refere-se a desapropriações. Em 2021, R\$ 325 e R\$ 16 refere-se a desapropriações e R\$ 12 a crédito de IRRF. Em 2020, R\$ 9 refere-se a desapropriações;
- (d) Em 2021, refere-se ao pagamento de R\$ 585.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 385.022, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 199.978, está sendo amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1 – Acordo preliminar;
- (e) Obras de implantação das Marginais da Rodovia Castelo Branco e implantação do novo acesso à Osasco, ambas obras na SP-280. Além disso, obras previstas em contrato de duplicação da SP-270 Raposo Tavares do km 67 ao km 87+200 e contorno alternativo de Brigadeiro Tobias, bem como as obras do Dispositivo do Sertanejo e Hospital de Sorocaba, incluídas nos Termos Aditivos Modificativos nos 23/2022 e 24/2022, respectivamente;
- (f) Refere-se a provisão para perda de recuperabilidade de ativos intangíveis. A Companhia registrou na rubrica do ativo intangível “Direitos de exploração da infraestrutura concedida”, provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 141.630. A controlada possui volume relevante de investimentos a serem executados, mas seu prazo remanescente de concessão, até 13 de fevereiro de 2024, é insuficiente para se recuperar os investimentos ainda por amortizar e os investimentos futuros, mesmo levando-se em conta seus direitos regulatórios ainda a serem reequilibrados. Para maiores informações vide nota explicativa n.º 3.h; e
- (g) As baixas foram registradas no resultado do exercício na rubrica de Custo com Obras, para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 3 item “o”.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.013 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 3,47% a.a. e 5,97% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

Notas Explicativas

13. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	77.165	11.799
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	72	5
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>11.112</u>	<u>5.166</u>
	<u>88.349</u>	<u>16.970</u>
Não circulante		
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>9.222</u>	<u>1.734</u>
	<u>9.222</u>	<u>1.734</u>

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos (a)	Saldo dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496%	1.878	-	Dezembro de 2022	481.707	464.928 (b)
Total geral				-		<u>481.707</u>	<u>464.928</u>
Circulante							
Debêntures						481.707	466.261
Custo de transação						-	(1.333)
						<u>481.707</u>	<u>464.928</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária direta não remunerado.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

A Companhia possui contrato de debêntures, com cláusula de *cross default*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução desta cláusula. Não há quebra de covenants relacionados às debêntures.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

15.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021		2022			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.986	1.938	(16)	328	(1.823)	2.413
Trabalhistas e previdenciários	1.967	1.691	(75)	241	(512)	3.312
	<u>3.953</u>	<u>3.629</u>	<u>(91)</u>	<u>569</u>	<u>(2.335)</u>	<u>5.725</u>

15.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	260	1.452
Trabalhistas	1.145	3.215
	<u>1.405</u>	<u>4.667</u>

A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram contratações fianças judiciais (não ocorreram contratações fianças judiciais em 31 de dezembro de 2021).

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Notas Explicativas

d. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

e. Reserva de incentivo fiscal

A reserva no montante de R\$ 35, é oriunda da destinação de incentivo ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

f. Juros sobre capital próprio

Em 16 de dezembro de 2022, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$ 12.133, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 10.313, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF), correspondente a R\$ 1.820, serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente, conforme base acionária da presente data e, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2022, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que analisar as demonstrações financeiras deste exercício social.

g. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	28.635	47.499
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00195	0,00324
Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (a)	0,00215	0,00356

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

h. Dividendos

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Notas Explicativas

	2022
Lucro líquido do exercício	28.635
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>28.635</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>7.159</u>
Total de juros sobre capital próprio a pagar	(12.133)

17. Receitas operacionais

	2022	2021
Receitas de pedágio	1.283.188	1.104.126
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	14.121	69.250
Receitas acessórias	17.907	16.798
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	2.937	4.269
Receita bruta	<u>1.318.153</u>	<u>1.194.443</u>
Impostos sobre receitas	(111.777)	(96.993)
Devoluções de abatimento	(434)	(211)
Deduções da receita bruta	<u>(112.211)</u>	<u>(97.204)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.205.942</u>	<u>1.097.239</u>

18. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(61.763)	(35.578)
Capitalização de custos sobre debêntures	4.119	6.912
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(9.141)	-
Variação monetária sobre debêntures	-	(28.739)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(3)	(4)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.222)	(856)
	<u>(68.010)</u>	<u>(58.265)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	45.052	7.809
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	3
Juros e outras receitas financeiras	271	1.004
	<u>45.325</u>	<u>8.816</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(22.685)</u>	<u>(49.449)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio

Notas Explicativas

de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A., possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração da controladora CCR S.A. sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

		2022	2021
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	6.509	4.831
Aplicações financeiras	Nível 2	618.515	137.505
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	1.870	1.770
		<u>626.894</u>	<u>144.106</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		79.733	76.823
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		10.773	1.830
		<u>90.506</u>	<u>78.653</u>
Passivos			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Debêntures (a)		(481.707)	(464.928)
Fornecedores e outras contas a pagar		(89.901)	(23.874)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(3.071)	(3.308)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(22.188)	(11.875)
Obrigações com Poder Concedente		(2.019)	(1.575)
		<u>(598.886)</u>	<u>(505.560)</u>
		<u>118.514</u>	<u>(282.801)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	481.707	481.731	466.261	472.130

Notas Explicativas

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada na nota explicativa n.º 4.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	618.515	61.791	77.011	92.151
Efeito sobre as aplicações financeiras		61.791	77.011	92.151
Total do efeito de ganho ou (perda)		61.791	77.011	92.151

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,65%	17,06%	20,47%
--------------------	--------	--------	--------

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. As mesmas foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, considerando o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

Notas Explicativas

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do exercício de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 19.122 referente ao direito de outorga variável (R\$ 31.173 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

b. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.465.039 (R\$ 893.126 em 31 de dezembro de 2021). O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM n.º 25, em 31 de março de 2022. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da Companhia, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R\$ 2.253.945. Para melhores informações vide nota explicativa n.º 1 - Contexto operacional.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

a. As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos a recuperar	3	17
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>3</u>	<u>17</u>
Outros de imobilizado	(3)	(17)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(3)</u>	<u>(17)</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de recursos.

Notas Explicativas**c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(464.928)	(464.928)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de juros	44.984	44.984
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	44.984	44.984
Outras variações		
Despesas financeiras - Juros sobre debêntures	(61.763)	(61.763)
Total das outras variações	(61.763)	(61.763)
Saldo Final	<u>(481.707)</u>	<u>(481.707)</u>

22. Eventos subsequentes

Em 2 de janeiro de 2023 foi realizada a liquidação da 8ª emissão de debêntures.

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice - Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Thais Caroline Borges	Diretor de Engenharia e Operações
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Administrativo Financeiro

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Proposta de Orçamento de Capital
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Rodovia Anhanguera, 2.400 - Jd. Bar (sentido leste)
Conjunto Norte - Jardim Mutinga - 06463-400 - Barueri - SP
tel: 55 (11) 2664 6000 - fax: 55 (11) 2664 6088
www.grupoccr.com.br/viaoeste



**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO –
VIAOESTE S.A.**

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

NIRE 35300154363

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2023, no valor de R\$1.223.964.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de março de 2023.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$1.223.964.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2023	R\$1.223.964.000,00
---	---------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2022	R\$ 16.502.189,20
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$1.207.461.810,80

Barueri, 2 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as Notas 3(h) e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros.

A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e

(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Barueri/SP, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR OPERACIONAL

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÕES

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Barueri/SP, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR OPERACIONAL

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÕES